

Como será nossa economia em 1983

O Brasil terá de exportar 23 bilhões de dólares e importar só 17 bilhões. E entrará apenas 10,6 bilhões de dólares de empréstimos externos.

A dívida externa bruta não poderá ultrapassar US\$ 78,6 bilhões, no final do próximo ano, com crescimento de 8,9% sobre os US\$ 72,2 bilhões estimados para dezembro deste ano (sem a inclusão da dívida de curto prazo). Esta é uma das metas do documento **Programação do Setor Externo em 1983**, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, em menos de duas horas de reunião, ontem, em Brasília.

O documento tem, como um de seus pontos básicos, a obtenção de um superávit comercial em 1983 de US\$ 6 bilhões, com exportações de US\$ 23 bilhões e importações de US\$ 17 bilhões. Prevê ainda a redução de mais da metade do déficit em transações correntes (isto é, o saldo da balança comercial, juros da dívida externa, fretes, seguros e outras remessas de dólares para o Exterior), cujo saldo negativo terá de cair dos US\$ 14 bilhões, estimados para este ano, para US\$ 6,9 bilhões.

Esta drástica redução do déficit do balanço de pagamentos foi resolvida depois que os banqueiros estrangeiros deixaram claro, para o governo, que não pretendem continuar emprestando dinheiro como antes. No próximo ano o País poderá contar com, no máximo, US\$ 10,6 bilhões dos bancos privados internacionais para acertar suas contas externas.

Dívidas e debêntures

As empresas em dificuldades para quitar suas dívidas com instituições financeiras poderão entrar em acordo com os dirigentes destas entidades e solicitar a transformação do débito em debêntures que, posteriormente, possam ser convertidas em ações, a prazos e condições especiais. Antes da formalização do acordo, porém, o contrato terá de ser submetido ao Banco Central.

A medida destina-se a permitir a capitalização de empresas em situação difícil. Para que esta conversão da dívida seja possível, os bancos de investimentos e comerciais ficarão dispensados de cumprir os limites de 15% e 5%, respectivamente, em suas aplicações para debêntures. O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, não soube precisar que montante de empréstimos será transformado em debêntures, mas negou que os banqueiros tenham sido contra a medida. "Eles já a vinham solicitando."

Ao contrário do que estava previsto, o CMN não examinou a proposta de extinção dos centavos. Galvães disse que a medida foi retirada da pauta porque ainda faltam alguns estudos técnicos.

Outra medida importante que constava da pauta, a liberação do Banco do Brasil do cumprimento do teto de suas aplicações com recursos externos, captados pelo sistema instituído pela Resolução 63, também não foi submetida ao colegiado. Galvães disse que a medida não precisa de aprovação do CMN, porque já existe uma regra para todas as instituições financeiras, as quais são desobrigadas a observar qualquer limite para os empréstimos feitos com recursos tomados no mercado financeiro internacional. "Isto não é matéria do CMN. Quando houver necessidade, o ministro da Fazenda examina o assunto com o presidente do Banco Central".

Outras decisões

Ainda na reunião de ontem, o Conselho decidiu: isentar do imposto sobre operações financeiras (IOF) o adiantamento de recursos feitos pelo BNDES às empresas estatais, para que elas façam subscrições de capital para pagar os empreiteiros e fornecedores; isentar, também, do IOF, as operações de crédito realizadas pelo BNDES com recursos do Finsocial. Resolveu homologar a decisão de adiar o pagamento dos empréstimos feitos aos produtores de cacau; liberar as instituições financeiras (corretores, distribuidoras e bancos) com patrimônio líquido equivalente ao valor de 10 mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (cerca de Cr\$ 24 milhões) da publicação de seus balanços no Diário Oficial da União ou Estado e nos grandes jornais e autorizar auditoria independente apenas uma vez por ano em vez de a cada seis meses.

Autorizou o Banco Central a subscriver 88 ações, no valor de US\$ 10,6 milhões, do Banco Mundial (Bird), de modo que o Brasil mantenha o seu poder de voto nesse organismo internacional; reconduziu o presidente do Banco do Rio de Janeiro, Israel Klabin, à presidência da Junta de Administração da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

Indicou novos representantes do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e das entidades privadas para a Comissão Consultiva Bancária (Coban); excluiu da base de cálculo do imposto de exportação incidente sobre chapas grossas de aço carbono, quando vendidas aos Estados Unidos, os valores relativos à comissão do agente, abatimentos e descontos e multas contratuais.